

O ENSINO DE 2º GRAU NO RIO GRANDE DO NORTE:

DEMOCRATIZAÇÃO OU ESTAGNAÇÃO?

Maria Doninha de Almeida*

I – INTRODUÇÃO

O Ensino de 2º. grau no Brasil tem-se destacado, ultimamente, como aspecto polêmico dos debates educacionais. Nesse sentido, realçamos a falta de resposta aos problemas desse nível de ensino, principalmente, àqueles decorrentes das propostas legais que tentaram mudar a concepção de ensino de 2º. grau. Diminuir a função propedêutica do ensino secundário e introduzir a falácia da profissionalização universal e compulsória se apresentam como exemplos, assim como as pretensões de mudanças educacionais pela via dos instrumentos legais, como as leis, os pareceres, as resoluções, etc. Somamos a esses problemas as indefinições quanto ao significado social do ensino de 2º. grau e as questões que alimentam uma polêmica mantida acesa, porém, sem proposta exequível na prática. Estamos falando da discutida democratização do ensino, da relação educação formal e trabalho e da controvérsia sobre a chamada qualidade do ensino.

Com nossa contribuição, através deste trabalho, pretendemos realçar o desempenho quantitativo do ensino de 2º. grau no Rio Grande do Norte para situá-lo no debate sobre a sua democratização. Tomamos por base os dados e as reflexões resultantes do projeto "Ensino de 2º. grau no Rio Grande do Norte: caracterização e perspectivas" ** em seu 1º. nível de análise.

A questão da democratização exige uma referência, mesmo que sucinta, a respeito de democracia. Tal referência deve considerar o significado teórico de democracia e a efetiva realização prática dos princípios democráticos.

Tomando-se o aspecto teórico devemos lembrar, dentre outros pontos,

* Profª. do Departamento de Educação da UFRN

** Projeto do qual participam Dione Violeta de Medeiros (coord.) e Eleika Bezerra Guerreiro, ambas do Departamento de Educação da UFRN. Financiamento INEP-FINEP,

o reconhecimento universal da importância das idéias democráticas, ainda que na prática não se concretize o significado que lhe é atribuído. Fala-se de democracia pensando-se em "... todas as coisas para todas as pessoas..." em qualquer contexto histórico (Gerth e Mills, citados por Azanha 1979). Assim concebida, democracia se presta, como tem-se prestado, para resumir as idéias abstratas de liberdade e igualdade que fundamentam a democracia burguesa. Essa concepção respalda o prestígio do termo, principalmente, quando usado em propagandas e, ainda, fortalece o caráter ideológico de que se revestem as justificativas econômicas e políticas apresentadas pelo Estado burguês. No Brasil a "Nova República" tem sido fértil em provas da prática dessa democracia. Para a "Nova República", são democráticas as medidas que beneficiam uma classe formada de um reduzido número de pessoas e são antidemocráticas reivindicações e/ou limitadas conquistas da classe trabalhadora, pois, segundo o Governo, muitas dessas conquistas podem levar à falência da União.

Não subestimando a importância das conquistas referentes às questões imediatas e não esquecendo que os ideais democráticos burgueses são aceitos mesmo sem a sua exequibilidade, muitos autores denunciam o distanciamento entre a democracia proclamada e a real. Democracia é tida como igualdade para todos diante da lei e da prática, e como essa condição tem sido inviável, a democratização, também, não se concretiza. Essa impossibilidade se estende ao sistema educacional em todos os seus níveis de ensino.

Os profissionais de vanguarda da educação têm dado ênfase a democratização do ensino a partir da prática pedagógica do professor. Essa reflexão deu origem a várias concepções: a "conscientização" do educando como requisito de boa qualidade do ensino; a democracia como prática de liberdade do aluno; a propalada escola para o povo; o conteúdo crítico ou a pedagogia crítica dos conteúdos; etc. Há, também, quem fale de democracia excludente e democracia restrita. A maioria das concepções aqui mencionadas, situam-se nos estreitos limites do sistema educacional, principalmente no âmbito das atividades escolares.

Se democracia é um conceito engendrado na sociedade de classes e aperfeiçoado na sociedade burguesa, não tem sentido acreditar na democratização plena dando-lhe a mesma concepção. E ante as limitações do nosso atual momento histórico, notadamente, no que se refere às obrigações do Estado quanto à manutenção financeira da educação, acreditamos que o sistema educacional apresenta restrições em termos de sua democratização.

Para ilustrar essa afirmação com dados do real particularizamos ou desempenho quantitativo do sistema de ensino de 2º. grau no Rio Grande

do Norte, destacando a sua expansão e a seletividade ocorrentes no seu interior, nos anos 1978, 1983 — significativos da repercussão dos dispositivos educacionais a partir da lei 5.692/71 — e 1985 — ano do início do projeto já mencionado.

II — EXPANSÃO QUANTITATIVA

Os dados sobre a oferta de escolas de 2º. grau no Rio Grande do Norte, nos anos tomados como referência, mostram que a distribuição dos estabelecimentos desse nível de ensino não contempla todos os municípios que compõem o Estado. Em 1985, dos 151 municípios 111 (73,5%) possuíam estabelecimentos de ensino de 2º. grau, sendo o maior número situado na capital. O crescimento do número de estabelecimentos ocorreu com mais ênfase na rede pública, conforme demonstra a tabela 1.

TABELA 1
ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DE 2º. GRAU POR
DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA
1978 — 1983 E 1985

ANO	TOTAL		DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA									
			PÚBLICA								PRIVADA	
	TOTAL		FEDERAL		ESTADUAL		MUNICIPAL					
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
1978	80	100	41	51,2	2	2,5	30	37,5	9	11,2	39	48,8
1983	149	100	102	68,5	2	1,3	72	48,4	28	18,8	47	31,5
1985	196	100	143	72,9	3	1,5	110	56,1	30	15,3	53	27,1

FONTE: ENSINO DE 2º. GRAU NO RIO GRANDE DO NORTE: CARACTERIZAÇÃO E PERSPECTIVAS — 1º. NÍVEL DE ANÁLISE — 1986.

A rede federal tem participação reduzida quanto ao número de estabelecimentos de ensino e a municipal está bem distante da estadual, ainda que apresente um significativo crescimento entre 1978 e 1983.

Dentre os estabelecimentos da rede privada estão as chamadas escolas de elite e um grande número de escolas conveniadas que se localizam, prioritariamente, nas pequenas cidades do interior do Estado. São as unidades da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade—CNEC, que embora aqui incluídas na categoria de escolas privadas, apresentam as mesmas características das escolas da rede pública — corpo docente remunerado pelo Estado, programação pedagógica à semelhança das escolas estaduais, condições físicas e materiais precárias, dentre outras.

No Rio Grande do Norte a maioria dos estabelecimentos abrigam, em um só prédio, o ensino de 1º. e 2º. graus. Em 1985 este Estado tinha 8,7% dos estabelecimentos de ensino de 2º. grau do Nordeste e 2,1% dos 9.260 existentes no Brasil.

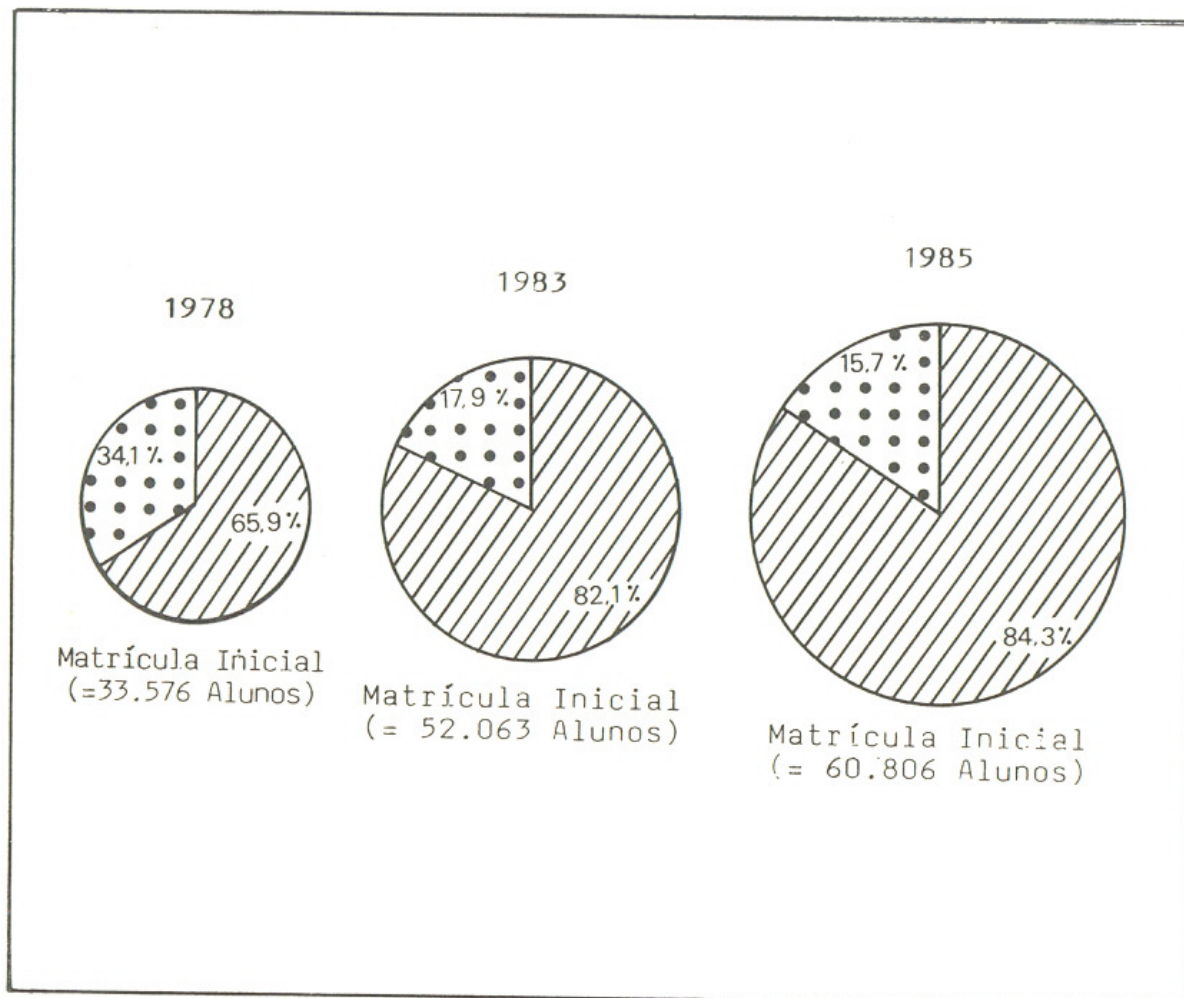
Na estrutura da matrícula inicial a rede pública apresenta o maior número de alunos. Em 1978 essa dependência detinha 65,9% da matrícula frente a 34,1% da rede privada; em 1983 apresentava um percentual de 82,1% com 17,9% da rede privada, e, em 1985, 84,3% e 15,7%, pública e privada, respectivamente. Por estes dados, constata-se uma expansão quantitativa no ensino de 2º. grau nos estabelecimentos da rede pública do Estado, e um decréscimo nos estabelecimentos privados. (Ver tabela 2 e gráfico 1).

TABELA 2
MATRÍCULA INICIAL NO ENSINO DE 2º. GRAU POR
DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA
1978 — 1983 E 1985

ANO	TOTAL	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA			
		P Ú B L I C A		P R I V A D A	
		N	%	N	%
1978	33.576	22.138	65,9	11.438	34,1
1983	52.063	42.736	82,1	9.327	17,9
1985	60.806	51.235	84,3	9.571	15,7

FONTE: ENSINO DE 2º. GRAU NO RIO GRANDE DO NORTE: CARACTERIZAÇÃO E PERSPECTIVAS — 1º. NÍVEL DE ANÁLISE — 1986.

Gráfico 1
 Rio Grande do Norte
 Ensino de 2º Grau
 Matrícula Inicial por Dependência Administrativa
 1978, 1983 e 1985



Legenda: Público Privado

O Estado, em 1985, contava com 2,0% do total de alunos de 2º grau do Brasil e 8,7% da matrícula do Nordeste, situação semelhante a dos estabelecimentos de ensino.

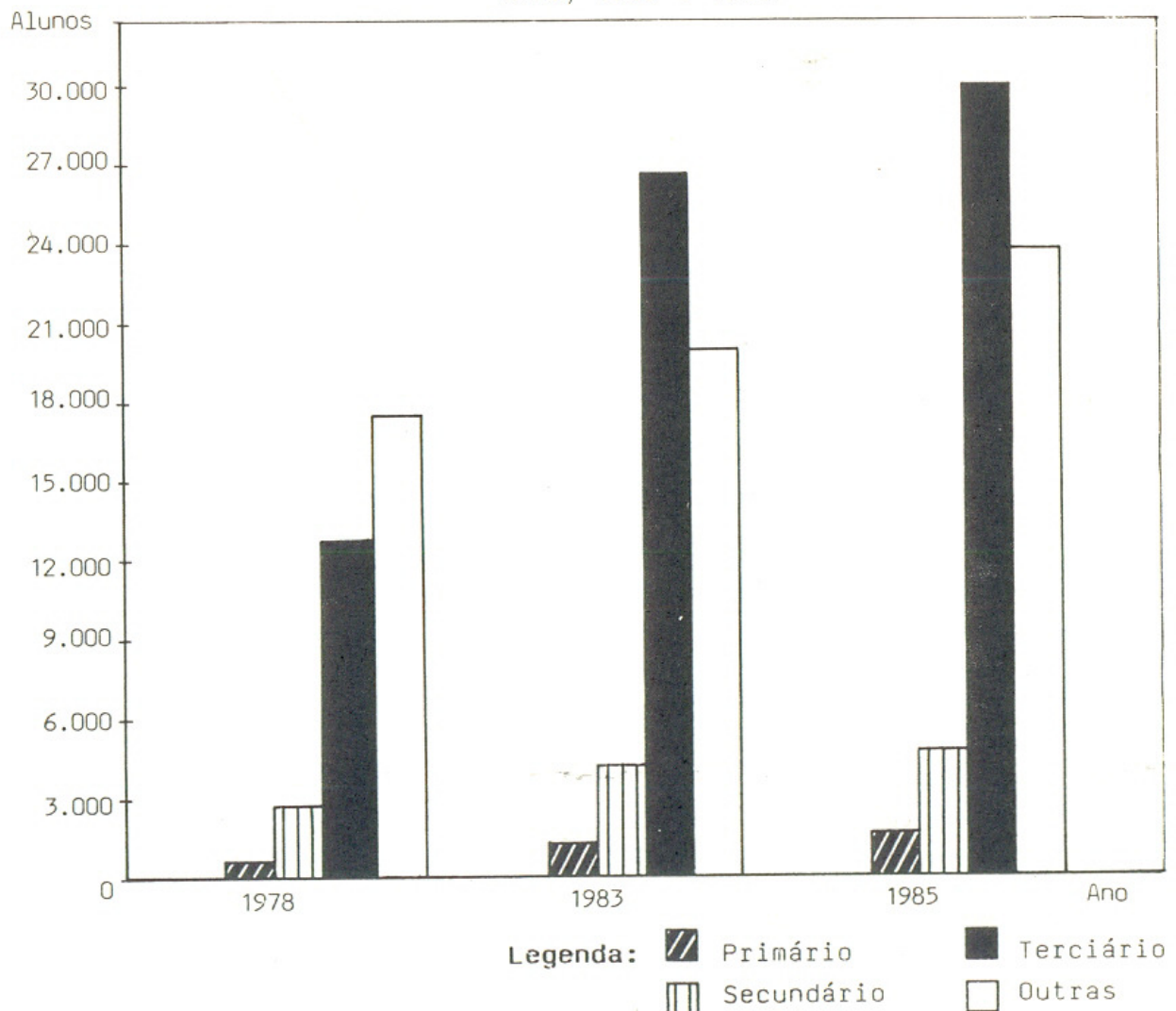
As modalidades de ensino de 2º grau no Rio Grande do Norte estão classificadas segundo os três setores econômicos: primário, secundário e terciário. Nos anos referência, os maiores percentuais de alunos nesses setores concentram-se no terciário, assim distribuídos: 1978 - 37,8%; 1983 - 51,1% e 1985 - 50,0%. No entanto, "outras modalidades", que não se relacionam com os três setores econômicos, apresentam um grande número de alunos, demonstrado pelos percentuais 52,5%, 38,6% e 38,9%, em 1978, 1983 e 1985, respectivamente. (Tabela 3 e gráfico 2).

TABELA 3
MODALIDADES DE ENSINO DE 2º. GRAU
1978 – 1983 E 1985

ANO	TOTAL	SETOR ECONÔMICO						OUTRAS MODALIDADES	
		PRIMÁRIO		SECUNDÁRIO		TERCIÁRIO		N	%
		N	%	N	%	N	%		
1978	33.576	393	1,2	2.869	8,5	12.680	37,8	17.634	52,5
1983	52.063	1.219	2,3	4.256	8,2	26.511	50,9	20.077	38,6
1985	60.806	1.700	2,7	4.742	7,8	30.742	50,6	23.622	38,9

FONTE: ENSINO DE 2º. GRAU NO RIO GRANDE DO NORTE: CARACTERIZAÇÃO E PERSPECTIVAS – 1º. NÍVEL DE ANÁLISE – 1986.

Gráfico 2
Rio Grande do Norte
Ensino de 2º Grau
Número de Alunos por Modalidade de Ensino/ Setor Econômico
1978, 1983 e 1985



O exame detalhado da oferta das modalidades de ensino de 2º. grau comprova a flutuação do comportamento do sistema de ensino em decorrência das modificações introduzidas pela legislação educacional. Assim, a grande concentração observada na área terciária constituiu-se na resposta da rede de ensino ao imperativo legal da "profissionalização", a partir da Lei 5.692/71 e seu Parecer 45/72, adotando a oferta de cursos cujas características demandassem o mínimo de equipamento ou ambientes especializados. Por outro lado, a concentração de alunos nesse setor, também, nos anos de 1983 e 1985, quando já não existe a obrigatoriedade da "profissionalização" do ensino de 2º. grau, pode significar a condição de expectativa e de crença do alunado na escola como veículo de qualificação para o trabalho. Ainda, quanto às modalidades de ensino incluídas no setor terciário, registra-se um crescimento na oferta do magistério em níveis significativos. O número de alunos no magistério cresceu 400% entre 1978 e 1985. Por sua vez, a grande concentração de alunos em "outras modalidades" é resultante da presença, nessa classificação, do "básico comum" (1ª. série unificada) e da modalidade de "preparação para o trabalho", a partir de 1983, quando repercute, no Rio Grande do Norte, a alteração do caráter compulsório da profissionalização do ensino de 2º. grau.

As ilustrações aqui sistematizadas delineiam um quadro bastante significativo sobre o comportamento da expansão quantitativa do ensino de 2º. grau no Estado. Destacamos, nesse quadro, um crescimento do número de estabelecimentos de ensino na rede pública, a predominância de alunos da rede pública sobre a rede privada, a qual se apresenta com decréscimo gradativo no decorrer de um período de oito anos — 1978/1985 —, coincidindo com a desmistificação do chamado "milagre brasileiro" e as suas conseqüências sobre a "classe média", principalmente aquela usuária da escola particular. Entretanto, tal fato, pode ter significado no interior do sistema educacional mas não chega a representar, efetivamente, uma expansão significativa desse nível de ensino. Por isso, é necessário ampliar as informações incluindo-se os dados sobre a questão da seletividade.

III — SELETIVIDADE

Na análise da seletividade do ensino sobressaem-se dois aspectos principais: o fracasso escolar e o não acesso à escola. Sobre o fracasso escolar são muitas as pseudo-explicações, desde a falta de qualificação adequada do professor até o descompromisso dos pais dos alunos. Mas, em termos quantitativos o que temos de certeza é a existência da evasão e da repetência

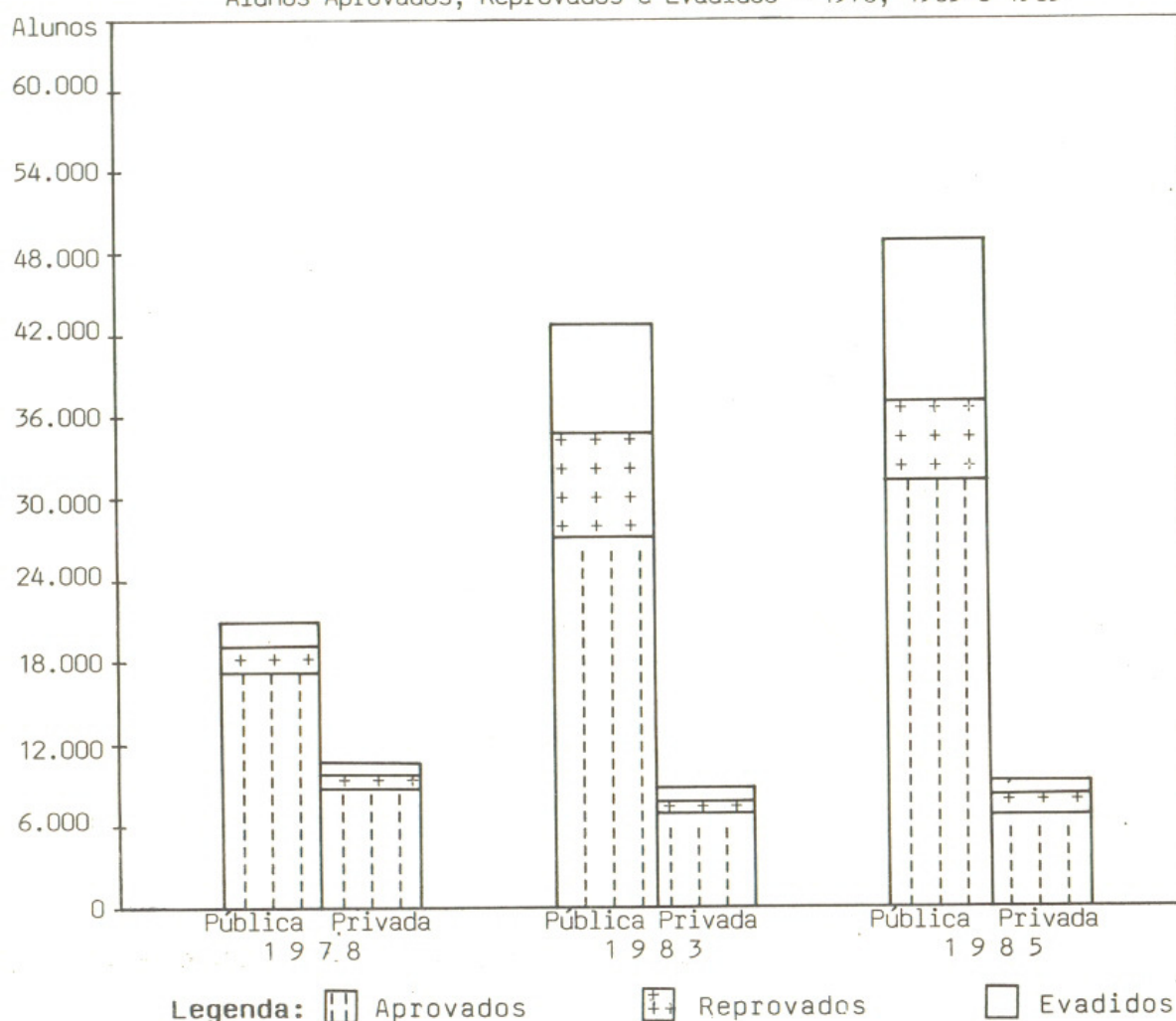
como mal crônico do sistema de ensino público brasileiro, e o fato deste sistema atender, prioritariamente, a uma clientela que provém de uma classe que não tem privilégios sociais e, pela sua condição, não corresponde à escolaridade considerada normal pela escola. Não são necessárias muitas explicações para se concluir que a evasão e a repetência resultam da condição de classe da clientela e não das deficiências exclusivas do sistema educacional. Entretanto, examinando-se o comportamento do sistema de ensino de 2º. grau no Rio Grande do Norte, quanto a esses aspectos, observa-se uma regressão nos percentuais que indicam a aprovação, tanto na rede pública como na privada, nos anos tomados para estudo: 80,5%, 64,7% e 63,4% na rede pública e 82,4%, 75,1% e 68,3% na rede privada. Os percentuais de reprovação oscilam nas escolas públicas aumentando em 1983 e diminuindo em 1985 — 15,3% e 12,0% —, e crescem nas escolas privadas 8,3%, 11,3% e 16,4%, respectivamente, 1978, 1983 e 1985. A situação percentual dos evadidos, tanto nas escolas públicas como nas privadas cresce significativamente e demonstra preponderância em relação à reprovação. (Tabela 4 e gráfico 3).

TABELA 4
MATRÍCULA TOTAL NAS REDES PÚBLICA E PRIVADA
DE ENSINO DE 2º. GRAU SEGUNDO O NÚMERO DE ALUNOS
APROVADOS, REPROVADOS E EVADIDOS
1978 — 1983 E 1985

DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA	ANO	TOTAL	APROVADOS		REPROVADOS		EVADIDOS	
			N	%	N	%	N	%
PÚBLICA	1978	21.127	17.004	80,5	2.275	10,8	1.848	8,7
	1983	42.385	27.420	64,7	6.487	15,3	8.478	20,0
	1985	49.027	31.079	63,4	5.901	12,0	12.047	24,6
PRIVADA	1978	10.834	8.921	82,4	1.011	9,3	9,3	8,3
	1983	9.171	6.891	75,1	1.036	11,3	11,3	13,6
	1985	10.161	6.943	68,3	1.662	16,4	16,4	15,3

FONTE: ENSINO DE 2º. GRAU NO RIO GRANDE DO NORTE: CARACTERIZAÇÃO E PERSPECTIVAS — 1º. NÍVEL DE ANÁLISE — 1986.

Gráfico 3
 Rio Grande do Norte
 Ensino de 2º Grau
 Matrícula Total por Dependência Administrativa, Segundo
 Alunos Aprovados, Reprovados e Evadidos - 1978, 1983 e 1985



O estudo da oscilação do movimento escolar demonstrada na tabela 4, culminando com o decréscimo dos percentuais de aprovação e com o crescimento da repetência e da evasão, no período relativo aos anos referência, merece uma importante ressalva: os índices de aprovados, repetentes e evadidos nas unidades escolares da rede privada parecem negar o nosso entendimento que dá ao fracasso escolar uma explicação relativa à condição da classe a que pertence o aluno. Todavia, ressaltamos que a inclusão das unidades pertencentes à CNEC entre as escolas de elite mascara a real situação do fracasso escolar nestas últimas. As unidades particulares no Rio Grande do Norte, em sua maioria, correspondem às escolas que atendem a clientela proveniente da classe social que detém os meios de produção e, conseqüentemente, possui os privilégios da sociedade burguesa, enquanto que as escolas da CNEC têm as mesmas características das escolas públicas e a mesma situação, inclusive no que se refere à clientela por ela atendida.

O comportamento do movimento escolar de 2º grau expressa um sistema de ensino fragilizado o que permite questionar-se sobre a qualidade do trabalho desenvolvido no seu âmbito, e ainda, sobre a sua significatividade diante da população a que se destina.

Considerando-se a composição do sistema de ensino de 2º. grau no Estado, no que diz respeito à população de 15 a 18 anos, faixa etária legalmente indicada para esse grau de ensino, constata-se que: em 1978, 45,6% da clientela, nessa faixa de idade, foi atendida pelo sistema escolar formal, sendo 38,1% pelo 1º. grau e, apenas, 7,5% pelo 2º. grau. Nesse ano, a taxa de participação do 2º grau em relação ao 1º. correspondia a 19,6%; em 1983, a população escolarizanda representava 46,4% da população escolarizável, com 36,7% no 1º. grau e 9,7% no 2º. grau, apresentando uma taxa de participação do 2º. em relação ao 1º. grau de 26,3%; em 1985 o Estado detinha 46,0% da população escolarizável no sistema formal de ensino, sendo 35,6% atendida pelo 1º. grau e 10,4% pelo ensino de 2º. grau. Ainda, referente a 1985, a taxa de participação do 2º. grau em relação ao 1º. grau representava 29,1%. Constata-se, também, que do total da população de 15 a 18 anos, 83,6%, em 1978, encontrava-se no 1º. grau; em 1983, 79,2%; e em 1985, 77,5%. Nesses mesmos anos 16,4%, 20,8% e 22,5% correspondiam aos percentuais do 2º. grau. Observa-se, por conseguinte, um pequeno decréscimo nos percentuais do 1º. grau e um crescimento no 2º. grau. No entanto, é preciso chamar a atenção para o seguinte comportamento do sistema: mesmo crescendo os percentuais de atendimento do 2º. grau, na faixa de 15 a 18 anos, e a taxa de participação desse grau de ensino em relação ao 1º. grau, não significa uma correção do problema da distorção idade/grau de ensino nem da defasagem população escolarizável/escolarizanda. A tabela 5 e o gráfico 4 resumem parte dessa discussão sobre o acesso da população de 15 a 18 anos à escola de 2º. grau, no Estado.

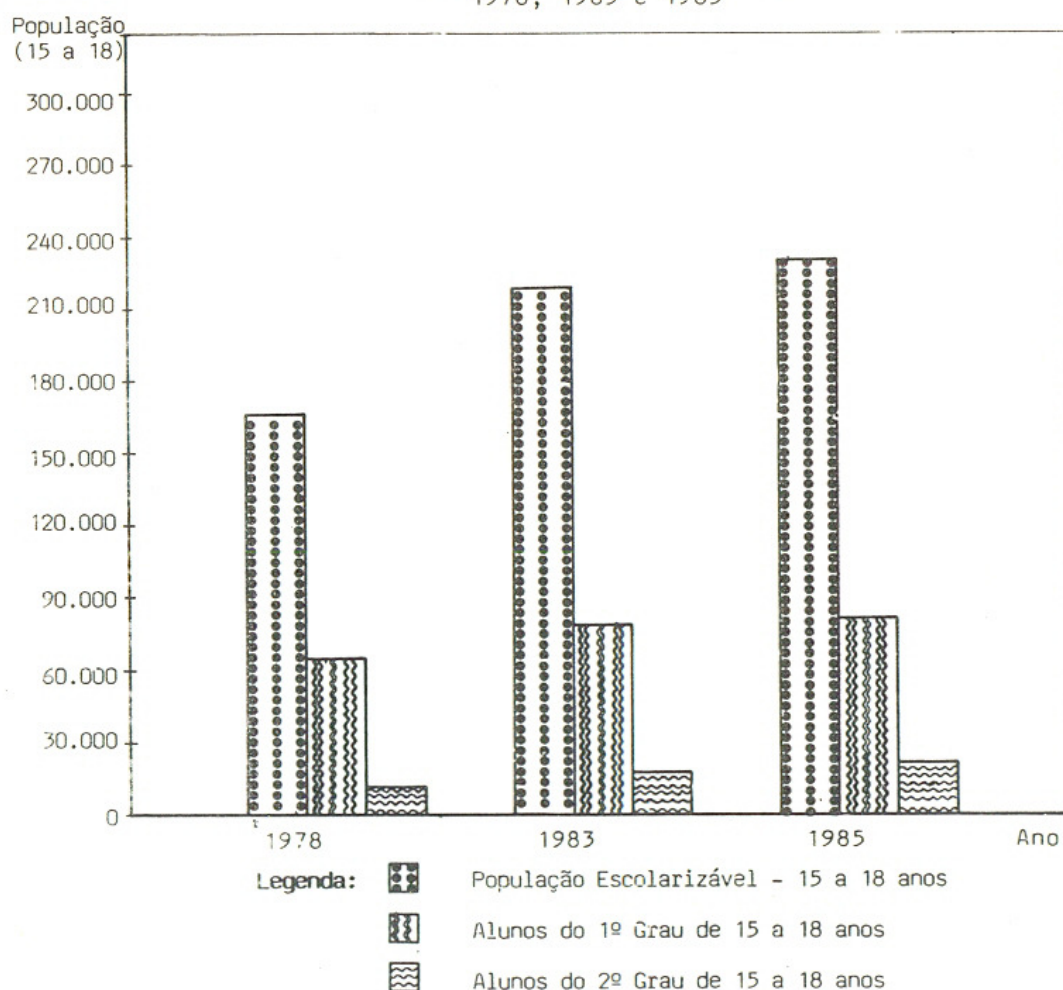
É importante destacar, mais uma vez, que do total da população escolarizável de 15 a 18 anos mais de 50% está fora da escola, o que significa que essa clientela em potencial, não sabe ler nem escrever e aumenta o número de analfabetos. E daqueles que estão no sistema escolar, a maioria está no 1º. grau, o que significa que ainda terá de enfrentar o afunilamento da matrícula para chegar ao 2º. grau e nele permanecer. Essa situação indica que o sistema educacional de 2º. grau no RN não retrocedeu mas, também, não se expandiu, manteve-se estagnado.

TABELA 5
 POPULAÇÃO ESCOLARIZÁVEL E POPULAÇÃO ESCOLARIZANDA DE 1º. E 2º. GRAUS,
 NA FAIXA ETÁRIA DE 15 A 18 ANOS COM A TAXA DE PARTICIPAÇÃO DO 2º.
 GRAU EM RELAÇÃO AO 1º. GRAU - 1978 - 1983 E 1985

ANO	ESCOLARIZÁVEL (a)	ESCOLARIZANDA = 15 A 18 ANOS					TAXA DE PARTICIPAÇÃO 2º. GRAU/1º. GRAU % (d/c)
		TOTAL (b)	1º. GRAU		2º. GRAU		
			N (c)	% (c/a)	N (d)	% (d/a)	
1978	165.632	75.551	63.184	38,1	12.367	7,5	19,6
1983	218.083	101.213	80.144	36,7	21.069	9,7	26,3
1985	227.984	104.940	81.296	35,6	23.644	10,4	29,1

FONTE: ENSINO DE 2. GRAU NO RIO GRANDE DO NORTE: CARACTERIZAÇÃO E PERSPECTIVAS - 1º. NÍVEL DE ANÁLISE - 1986.

Gráfico 4
 Rio Grande do Norte
 Ensino de 2º Grau
 População Escolarizável e Escolarizanda de 1º e 2º Grau
 na Faixa Etária de 15 a 18 Anos
 1978, 1983 e 1985



IV — ELEMENTOS PARA UMA CONCLUSÃO

As informações aqui resumidas nos conduzem para uma hipótese provável e bastante desalentadora: o sistema educacional do Rio Grande do Norte não apresenta dados que demonstrem tendência de expansão e democratização do ensino de 2º. grau, principalmente, em termos de oferta de estabelecimentos, sucesso escolar e acesso da população escolarizável a esse nível de ensino. Essa hipótese sustenta-se, tanto nos dados já relacionados quanto no fato dos estados que compõem o Nordeste não apresentarem situação educacional muito diferente daquela dos estados mais avançados do país. Mas, a justificativa mais contundente para nossa hipótese configura-se com os próprios dados do sistema de ensino de 2º. grau ora estudado: conforme cálculos estatísticos, a partir dos dados levantados, estima-se que mantido o comportamento do sistema, em termos da população escolarizável e escolarizanda de 2º. grau, na faixa etária de 15 a 18 anos, a incorporação de toda a população escolarizável a esse nível de ensino se dará após 3.065.300 anos. Confiando-se em tal estimativa podemos entrever tendência de expansão e democratização?

Pensar em democratização é pensar em democracia, como ressaltamos no início desta reflexão. Nesse sentido, não é demais lembrar que democracia inclui em seu conteúdo os princípios dos direitos humanos — organizados pelos norte-americanos e pelos franceses — os quais destacam: a igualdade, a liberdade, a segurança e a propriedade. A liberdade é o direito de fazer aquilo que não prejudique os outros — culmina com o direito à propriedade. A igualdade é considerada a liberdade de possuir, e a segurança é a garantia da preservação da propriedade de quem possui. Tais princípios são os conceitos supremos da sociedade burguesa (5:43-4). Na sociedade atual temos uma democracia para os detentores do capital. Mas, apesar disso, é comum a fé no Estado como articulador da democracia para todos. Entendemos que essa é uma tarefa impossível para o Estado na sociedade capitalista, pois o que ela nos oferece é "... uma democracia mutilada, miserável, falsificada, uma democracia só para os ricos, para a minoria". (4:111). Nesse contexto pensar em democratização plena do sistema educacional é, no mínimo, se afastar do real.

Todavia, apesar das dificuldades e das limitações apontadas, pelo nosso entendimento teórico e pelo desempenho quantitativo do sistema de ensino de 2º. grau do Rio Grande do Norte, é necessário aproveitar a oportunidade engendrada pela nossa democracia falsificada e conchamar os profissionais da educação para, articulados e conscientes das atuais limitações democráticas,

lutarem por mais escolas públicas e por um trabalho mais conseqüente no interior do sistema escolar, em benefício daqueles que conseguem ultrapassar os obstáculos de ingressar e freqüentar a escola regular.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ALMEIDA, M. D. de. **O ensino de 2º. grau no Rio Grande do Norte; nem democratização nem expansão.** Natal, 1987.
2. AZANHA, J. M. P. Democratização do ensino: vicissitudes da idéia no ensino paulista. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, Fundação Carlos Chagas, (30): 13-20, set., 1979.
3. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Articulação e Estudos de Planejamento. Serviço de Estatística de Educação e Cultura. **Estatísticas Educacionais**; Brasil - 1985-88. Brasília, 1988.
4. LÊNIN, V.I. **O estado e a revolução**; apresentação de Florestan Fernandes. São Paulo, Hucitec, 1978.
5. MARX, K. **A questão judaica.** São Paulo, Moraes, s.d.
6. MEDEIROS, D. V. de et alii. **O ensino de 2º. grau no Rio Grande do Norte**; caracterização e perspectivas. Natal , 1985. (Relatório de Pesquisa).